

"Ethnies, droits de l'homme et peuples autochtones", Revue
trimestrielle de Survival International - France.
Revisão do texto, setembro 1988.

CEPI - P. I. B.
DATA 11/25/88
COD WAD 00004

PREDACAO DO OURO E APODRECIMENTO DA TERRA:
A experiência do garimpo entre os Waiãpi do Amapari

Dominique Tilkin Gallois
Departamento de Antropologia/USP

Há 20 anos, garimpeiros descobriram ouro na bacia dos rios Aroá e Inipuku, no coração do território Waiãpi. Desde então, sucessivas levadas de invasores penetram na área indígena, provocando - segundo os Waiãpi - um "apodrecimento" acelerado da terra que compromete o futuro do grupo. Nesse argumento e no significado cosmológico atribuído às derrubadas e à lama dos garimpos, os Waiãpi do Amapari sustentam sua atual estratégia de enfrentamento com a sociedade envolvente.

No Amapari, o contato inter-étnico é dominado pela questão do garimpo, num confronto de duas décadas que procuro descrever neste artigo. É sobre esta situação que o Projeto Calha Norte iniciou suas atividades na área indígena, inaugurando uma nova fase no relacionamento entre a "verdadeira humanidade" que os Waiãpi representam e o mundo de predadores que os brancos incarnam.

A terra Waiãpi, no Amazá

A terra Waiãpi situa-se nos confins do Brasil e da Guinana Francesa, numa vasta extensão de terra firme delimitada pelas bacias dos rios Araguari, Jari e Oiapoque.

Na parte norte do território tribal, cerca de 440 Waiãpi se repartem entre 5 assentamentos à margem do rio Oiapoque (1). No lado brasileiro, os Waiãpi do Amapari ocupam as bacias dos rios Felício, Aroá e Inipuku com uma população de 300 pessoas distribuídas entre 8 aldeias permanentes e outros assentamentos intermitentes, integrando a AI Waiãpi delimitada em 1985 (2). Fora desta área indígena, há notícias de dois sub-grupos isolados que ocupariam respectivamente as cabeceiras dos rios Amapari e Anakuí (AP) e a região do alto rio Iaitinga (PA).

Na porção noroeste do território amapaense, extremamente acidentado e de difícil acesso, a população indígena mantém contatos esporádicos, há mais de um século, com a população regional; mesmo que procurassem ocasionalmente esses núcleos de

povoamento (nos afluentes do baixo Jari e Maracá) para a obtenção de ferramentas, os índios do Amapari permaneceram praticamente isolados até a implantação dos projetos governamentais de ocupação da área de fronteira. Enquanto a região não oferecia interesse econômico, manteve-se intacta a integridade territorial e cultural do povo Waiãpi.

Em 1973, os Waiãpi do Amapari foram "contactados" por uma equipe de atração da FUNAI que preparava, naquela região, os trabalhos de abertura da Rodovia Perimetral Norte (BR 210). A estrada iria atravessar, de ponta a ponta, o território indígena. Quando os trabalhos de construção da estrada foram interrompidos em 1976, o trecho final já penetrava por mais de 30 km na área, abrindo a terra indígena aos invasores. Desde então e apesar da presença de um Posto Indígena de Atração - hoje PI Amapari (3) - os conflitos se tornaram permanentes.

A estrada, aliada à uma fiscalização inadequada por parte da FUNAI, tem favorecido a entrada de sucessivas levas de invasores: inicialmente caçadores e garimpeiros e, mais recentemente, empresas de mineração. Ao mesmo tempo, cresce a pressão nos limites da área, na medida em que as margens da Perimetral vem sendo rapidamente ocupadas por serrarias, fazendas e garimpos, alimentados pelos centros urbanos próximos (Serra do Navio a 90 km e Macapá a 370 km).

A pesquisa mineral iniciou-se na região Jari/Araguari antes da abertura da Perimetral e da chegada da equipe da FUNAI, em 1973. De fato, os primeiros contatos estabelecidos com os Waiãpi - tanto no Jari como no Amapari - foram feitos por equipes de pesquisa do DNPM e da ICOMI (4) e/ou por garimpeiros. Essa atividade está em franco desenvolvimento em todo o Amapá concomitante ao interesse de grupos estatais e privados que investiram na pesquisa mineral após a divulgação da existência de importantes jazidas - que as reportagens denominaram "Novo Carajás" - no interflúvio Paru-Jari. As terras waiãpi estão hoje cercadas por empreendimentos que chegaram a adentrar - pela estrada ou pelos rios limítrofes - na área delimitada (5).

Vale a pena notar, neste ponto, que os dois empreendimentos que mais atingiram ou ameaçam a sobrevivência física e cultural dos Waiãpi estão ligados à iniciativas de caráter geo-político: há dez anos, a Perimetral Norte e hoje, o Calha Norte. O primeiro retalhou a área, enquanto o segundo promete ampliar e sistematizar o processo de invasão. Concomitantemente ao projeto de ocupação da fronteira, uma "política indigenista apropriada" aos interesses governamentais vem protelando e/ou alterando a demarcação das áreas indígenas situadas na faixa de operação do Calha Norte, negando aos índios seus direitos e sua única alternativa de sobrevivência.

Como várias outras áreas nesta situação, o processo de delimitação da AI Waiãpi, aprovado em 1985, permanece retido na consultoria jurídica do MINTER, não tendo recebido até hoje publicação do decreto presidencial.

Mesmo que os Waiãpi disponham até o momento de poucas informações a respeito do Projeto Calha Norte - cuja presença efetiva na área, através da COMARA (6), data apenas de dezembro de 1987 - eles têm absoluta clareza da necessidade de preservar suas terras, através de demarcação e fiscalização eficiente. Estas são as medidas que esperam do "Governo":

"Garimpeiro apareceu logo. Entram muitos, como as formigas, não são poucos não! Garimpeiro não pensa que está em nossa terra. Garimpeiro só pensa em cavar a terra. Porque Governo não fala pra eles: "Ahi aí é terra de índio, vocês não podem entrar lá, não podem mexer, porque os índios vão aparecer". Porque Governo não fala assim? Será que nós vamos roubar terra lá em Macapá?" (Kumai, líder da aldeia Aramirã, junho 1987).

"Garimpeiros" e "Governo" são as duas categorias de brancos (genericamente chamados *carai-ko*) que permeiam toda a história recente das relações entre os Waiãpi e a sociedade nacional. O Governo, representado pela FUNAI e pelas visitas esporádicas de "autoridades" do Território, é percebido como uma entidade talvez protetora, mas essencialmente distante. Por isso, a categoria que efetivamente representa o mundo dos brancos está associada à atividade predadora dos garimpeiros, caçadores e colonos: aqueles que "cavam a terra", desmatam mas não plantam, matam a caça e a deixam apodrecer na floresta, aqueles enfim que por todos esses excessos são propagadores de doenças. A experiência com a invasão de garimpeiros levou alguns dos líderes a assumir posições e estratégias de enfrentamento baseadas em reinterpretações do mito de origem dos brancos e do significado cosmológico peculiar que o ouro adquire no ciclo de criação e destruição da humanidade.

O contato com garimpeiros

Enquanto os pequenos garimpos intermitentes vem retalhando os limites fluviais da Al Waiãpi, as empresas de mineração aguardam tempos favoráveis para entrar pela Perimetral Norte, no coração da área indígena, retalhados em lotes requeridos por vários grupos econômicos.

Na época do contato com a FUNAI em 1979, os Waiãpi já haviam sofrido drásticas baixas em consequência do convívio com garimpeiros instalados perto de suas aldeias.

Os primeiros garimpeiros que adentraram o território indígena no final dos anos 60 transitavam pelo Igarapé Água Preta/Kumakary, ocupado por um grupo local já dizimado por doenças infecciosas que se alastravam entre os Waiãpi - em decorrência das visitas aos assentamentos Waiãpi e Wayana-Aparai no alto Jari, a primeira área indígena a ser atingida pelos garimpos. A presença intermitente dos invasores no Kumakary resultou na extinção daquela comunidade, hoje reduzida a dois sobreviventes, integrados nas aldeias de Aramirã e Mariry.

Outra leva de invasores ocuparia o garimpo Cêco próximo às cabeceiras dos igarapés Pairara e Karawwo (na bacia do Rio Aroá) intensamente ocupada pelos Waiãpi. A garimpagem foi incentivada em 1972 e 1973, quando os índios foram convencidos a trabalhar como caçadores e carregadores, em troca de bugigangas. As epidemias não tardaram a dizimar as comunidades - pela segunda vez em cinco anos, as doenças matando desta vez cerca de 30 pessoas - enquanto os garimpeiros se recusavam a dar assistência aos doentes. As notícias do garimpo e a iminência da abertura da Perimetral levaram os sertanistas da FUNAI ao Aroá, onde foi realizado o contato. Poucos meses depois, sob influência das medidas "protetoras" da FUNAI, os Waiãpi abandonavam a área e o garimpo reiniciava suas atividades.

Nos dez anos que se seguiram ao "contato", as invasões na área indígena nunca foram devidamente registradas em relatórios de funcionários do PIA, não havendo continuidade na fiscalização da área: procedia-se ocasionalmente à retirada de garimpeiros, em outros casos permitia-se lhes a entrada. Por duas vezes, entre 78 e 82, a própria Delegacia da FUNAI autorizou a entrada dos invasores, alegando que os garimpos se situavam fora da área indígena, jogando com a indefinição sobre a situação jurídica da área que o mesmo órgão procurava manter. Como resultado dessa política caótica, é importante ressaltar que em nenhum dos casos a intervenção da FUNAI ou da Polícia Federal conseguiu desativar definitivamente os garimpos ilegais. Durante este período, os Waiãpi preferiram retirar-se provisoriamente das zonas invadidas, atendendo às promessas da FUNAI que incentivava o abandono e favorecia a concentração das aldeias perto do Posto, alegando facilidades de assistência.

A experiência dos Waiãpi com os garimpeiros tomaria um rumo mais violento entre 1976 e 1978. A invasão do garimpo Tres Pedacos (no Rio Aimã, ao centro da área delimitada) pela Polícia Federal para retirar 35 garimpeiros que, ao revidar, quase matam os funcionários da FUNAI, provocaria uma situação de tensão permanente na região, abrindo a fase de conflitos entre moradores da estrada e comunidade indígena.

Logo depois, em 1979, as ameaças vieram do limite norte da área, onde a Mineração Monte Negro (7) iniciou a garimpagem mecanizada de tantalita; devido ao lançamento de produtos tóxicos, as águas do rio Inipuku ficaram poluídas, matando peixes que chegavam podres ao porto da aldeia. A intoxicação atingiu os índios, causando a morte de dois adultos, em 1981/82. A omissão da cúpula da FUNAI que se recusou a iniciar uma investigação sobre o caso foi aproveitada pelos funcionários do Posto, que conseguiram convencer os Waiãpi de abandonarem sua aldeia no Inipuku, para se aproximarem da Perimetral, onde poderiam ser atendidos. A comunidade se mudou para uma zona mais próxima da estrada e, ali, esperou sete anos pela assistência que lhe fora prometida na época da mudança: comunicação radiofônica permanente com o Posto, serviços de saúde e escola. A instalação desses serviços em 1988

ainda se apresenta de forma precária para atender aos diferentes locais ocupados alternadamente pela comunidade do Mariry, na parte norte da área indígena.

A mudança regular dos assentamentos de cada grupo local obedecem à iniciativas próprias dos índios e se integram no ciclo tradicional de subsistência do grupo; em raras exceções, como no caso acima, esses deslocamentos atenderam às sugestões dos órgãos de assistência, fracassando todas as tentativas de concentrar a população de diversos assentamentos em macro-aldeias próximas aos Postos. Os Waiãpi resistem determinantemente a estas pressões, por considerarem negativa - tanto economicamente como sociologicamente - a concentração de mais de 10 famílias num mesmo local. As atividades novas (como o garimpo e a produção de artesanato para venda, ou mesmo a escola) não adquiriram peso suficiente para modificar o ciclo de atividades econômicas e rituais, que se traduz num intenso trânsito em toda a extensão da área delimitada, entre aldeias, zonas de capoeiras e reservas faunísticas.

A partir de 1982/83, a reação dos Waiãpi modificou-se radicalmente, quando não somente passaram a impedir - por conta própria e, às vezes, contra as determinações da Delegacia/FUNAI - a entrada de garimpeiros pela estrada, como capturando e expulsando garimpeiros que encontraram no centro e no sul da área. A resistência recrudescceu em 1986-87 quando se multiplicavam os "estragos" feitos pelos garimpeiros (8). E o que ocorreu com a presença da empresa Itajary (9) inicialmente suportada uma vez que seus funcionários, com apoio da FUNAI, haviam se apresentado como "Governo" e prometido assistência: abertura de um ramal de ligação da Perimetral a aldeia Mariry, equipamentos para a demarcação e pagamento aos índios que aceitaram trabalhar como guias. A experiência desses guias foi extremamente proveitosa, pois concluíram que os invasores não eram "Governo" mas sim garimpeiros. Ao constatarem os desmatamentos e a derrubada de pupunhais (10) nos limites da área, os índios-guias reverteram a situação. Como o carro da mineradora tomava a liberdade de passar a toda velocidade, de dia ou de noite, sem mesmo parar no Posto, os habitantes da aldeia Aramirã decidiram construir uma barreira na estrada, para fiscalizar a entrada dos invasores. Pouco depois a barreira seria mantida aberta, pois a mineradora se retiraria da área de prospecção.

No início de 1987, os jovens decidiram não aguardar mais a intervenção do Governo - prometida há vários anos - para "limpar" definitivamente o garimpo do Aroá. Com o apoio dos líderes de várias aldeias, cerca de 15 homens irromperam no barracão dos invasores onde destruíram todo o maquinário e as mercadorias, deixando os garimpeiros fugir totalmente despidos e com a cabeça raspada.

Através dessas intervenções, mesmo que ainda localizadas, os Waiãpi pretendem fiscalizar todo o limite da área, impedindo que forasteiros venham "cavar a terra" para retirar os minerais que lhe asseguram a integridade, de acordo com a concepção cosmológica indígena, comentada adiante. Esta é, aliás, a razão pela qual a comunidade do Mariry decidiu experimentar, por conta própria e de maneira controlada, o trabalho de garimpagem.

A experiência do garimpo indígena

Os Waiãpi assumiram para si a garimpagem manual do ouro em 1982. A iniciativa partiu do líder do grupo local do Mariry, o Capitão Waiwai, que organizou a captura de um dos invasores do garimpo Tres Pedacos, situado a dois dias de viagem da aldeia. O garimpeiro preso era vigiado por um grupo de rapazes que aprenderam a utilização dos equipamentos; trabalharam durante um mês, quando o garimpeiro fugiu, levando o ouro mas deixando bateias e outros utensílios. Desde então os Waiãpi de Mariry voltam episodicamente ao garimpo, rebatizado Yju Piriri.

No início, só iam jovens, em grupos de 4 ou 5, trabalhando poucos dias para recolher algumas gramas de ouro, a custa de muito esforço e muita malária. Por isso, solicitaram ao Posto o acompanhamento de um funcionário que poderia ajudá-los e evitar complicações em casos de doença. Em 1985 e 1986 a ida ao garimpo envolveu praticamente toda a comunidade do Mariry, inclusive as mulheres que trabalharam ocasionalmente na abertura dos barrancos.

As atividades no garimpo seguem o ciclo normal de atividades de subsistência. Perto do local foi aberta uma grande roça que permite a permanência prolongada das famílias e sobretudo sustenta a vida ritual tradicional: o duro trabalho no garimpo é assim compensado pela realização regular das festas de caxiri (ii). Ir ao garimpo é portanto comparável a um estadia numa aldeia secundária, para onde se deslocam regularmente os grupos residenciais, aproveitando dos recursos faunísticos e uma coleta mais farta que nas proximidades da aldeia.

Na produção, vigoram também modalidades tradicionais de divisão do trabalho. Cada barranco é controlado por um grupo residencial, sob a supervisão do Capitão Waiwai que também preside à distribuição do ouro e à sua comercialização; o ouro pertence ao chefe de família que abriu o barranco e fornece a seus ajudantes as mercadorias adquiridas com a venda do minério.

A comercialização do ouro através da FUNAI, como era previsível, gerou inúmeros conflitos: os índios entregavam individualmente seu ouro e recebiam um pedaço de pano e alguma munição, numa distribuição que confundia "donos" e "ajudantes" dos barrancos. Em duas ocasiões recusaram entregar o ouro aos funcionários declarando que "o ouro está guardado, não estraga". Finalmente, os líderes foram levados à Macapá onde um dos membros da aldeia

obteve a "carteira de garimpeiro" que permite ao grupo independência nas suas transações comerciais. Paralelamente, os garimpeiros da região inconformados com as dificuldades de acesso ao ouro do Aimã, propuseram aos índios "negócios" que foram sistematicamente recusados, uma vez que os Waiãpi preferiram pedir apoio e equipamentos à FUNAI. Aliás, o aumento da produção através da mecanização do garimpo não interessou de imediato aos Waiãpi, pois o principal objetivo da comunidade era a de obter as mercadorias - essencialmente pano vermelho e municação - que no período da "atração" eram oferecidas pelo Posto. Para isso, a pequena produção manual era suficiente.

Mas quando em 1986-87 os recursos alocados ao Posto se tornaram ainda mais irrisórios que de costume, havendo falta de combustível e de equipamentos minimamente necessários à assistência na área - especialmente para deslocar os doentes - os Waiãpi passaram a se interessar na compra de maquinário, visando expandir a produção de um garimpo exclusivamente indígena. Na Reunião dos Povos Indígenas do Amapá realizada em Kumaramã/Oiapoque (junho 1987), o representante waiãpi apresentou o projeto (12), solicitando apoio à Superintendência da FUNAI em Belém que não se demonstrou favorável à iniciativa.

Nos últimos anos, praticamente todos os jovens se interessaram na expansão do garimpo porque associam diretamente esta atividade à fiscalização dos limites da área, outra tarefa tradicionalmente colocada sob a responsabilidade desta categoria de idade.

O garimpo, entretanto, não é concebido como uma modalidade de trabalho que viria se transformar em "atividade produtiva" prioritária, nos moldes da política indigenista preconizada pelo Projeto Caixa Norte. Eis o que afirmam os Waiãpi:

"Nós não vamos trabalhar direto. Paramos quando temos o que precisa. No inverno não trabalhamos, somente no verão. Uns trabalham no garimpo, outros na roça. Não trabalhamos direto porque não queremos que o ouro acabe. Queremos guardar o ouro, não queremos trabalhar direto, para não ficarmos doentes. Trabalhos devagar, calmos, ninguém quer trabalhar depressa. E terra nossa, ninguém precisa correr, quem vai nos espantar?" (Waiwai, 1986).

A atividade garimpeira dos Waiãpi não pode ser traduzida em termos de uma economia do ouro, pois garimpam de forma modesta, tendo alternativamente incentivado e desacelerado esta atividade - nova, porém integrada ao ciclo tradicional de subsistência. A aderência com que os Waiãpi pretendem desenvolver a extração do ouro é sem dúvida o aspecto essencial de sua experiência com o garimpo.

A questão do ouro, antes um problema dos brancos, se tornou nos últimos anos uma problema central para a comunidade indígena. As

experiências acumuladas no contato com uma população regional mobilizada pela febre do ouro, indicaram aos Waiãpi o potencial destrutivo do garimpo, cujas consequências eles já comprovaram em vários pontos de seu território.

A reação indígena, antes mais reservada, passa agora pelas vias de fato; os Waiãpi assumiram para si o controle do sub-solo, expulsando os invasores e se apropriando de suas técnicas. Uma reação que sustenta e se sustenta sobre uma reelaboração do discurso mítico das origens e do destino da humanidade, em que a atividade predadora dos brancos se opõe à necessária manutenção da integridade da terra e à perenidade do ouro.

O potencial destrutivo do homem branco

A posição de predadores atribuída aos garimpeiros encontra seu fundamento nas representações indígenas sobre a origem da diferenciação inter-étnica. Os mitos - que tratam das origens mas também do destino da humanidade - levam em consideração a presença dos *carai-ko*, que os Waiãpi sabem definitiva.

No dia a dia das aldeias do Amapari, esses mitos são reelaborados em múltiplas formas, em discursos colocados a serviço da interpretação da ambigüidade dos brancos, e da afirmação da posição particular dos Waiãpi frente à intrusão de suas terras.

As tradições relativas à origem do universo fazem uma nítida distinção entre uma humanidade propriamente "criada" pelo herói *Ianejar* (literalmente, "nosso dono") e uma outra humanidade "residual", da qual fazem parte os *carai-ko*. Esta classificação mostra que os brancos são totalmente diversos, e isto está posto desde o tempo das origens, uma vez que não surgiram da mesma forma que a "verdadeira humanidade". Os brancos são *amana ra'yr*, "filhos da chuva", razão pela qual são tão numerosos. De acordo com a tradição, as pequenas crianças que se tornariam mais tarde os brasileiros, os franceses e os negros saíram de pedras caídas do céu; foram recolhidas pelos índios que as alimentaram e criaram até a idade adulta, quando todas as tentativas de domesticação fracassaram.

Outras versões do mito integram, sem rupturas, os brancos e as suas ferramentas na lógica do universo. Criados pelo herói, eles estavam presentes no início dos tempos junto aos Waiãpi; os representantes desta primeira humanidade - ainda indiferenciada - fizeram as opções que definiram sua irreversível condição de mortais: só acederão à "Terra sem males" (13) após a morte. Mas foi também "no tempo de *Ianejar*" que os homens escolheram suas armas: os *tsimi-we* (os "avós antigos") escolheram o arco e as flechas; os *carai-ko* apossaram-se das máquinas com as quais fabricam as ferramentas e todos seus bens. Irritado com esta escolha e com a propagação da violência que se seguiu à distribuição, *Ianejar* reintegrou sua morada celeste. Abandonados pelo "pai grande", os Waiãpi se separam definitivamente dos

brancos, com os quais devem hoje adquirir as mercadorias que seus ancestrais recusaram.

Diferença étnica e diferença de tecnologia se relacionam de fato com a separação entre os homens e seus criadores, ou seja, com o tema clássico da perda da imortalidade. Não ter mais acesso às ferramentas dos brancos é um entre outros aspectos da "vida breve", da condição humana.

Mas a lógica cíclica do mito atesta que, após o cataclisma que destruirá a atual humanidade, ocorrerá uma inversão: os brancos perderão as "máquinas" a favor dos índios. Inversão profética que também está presente no destino individual da pessoa: após a morte todos os Waiãpi acedem ao modo vida estabelecido pelos heróis no tempo mítico, desfrutando, no paraíso celeste de Ianejar, de um acesso irrestrito às mercadorias e aos bens dos brancos.

Em outras narrativas, atribui-se aos brancos o assassinato do herói criador, que desencadeou sobre a humanidade a propagação das doenças contagiosas. É nesse sentido que as tradições relativas à guerra dos Cabanos (no século passado) e aquelas relativas aos primeiros contatos dos Waiãpi do Aroá com balateiros (no início deste século) enfatizam o tema do excesso e da contaminação. É por isso que, para evitar que a violência dos brancos se propague, os antigos costumavam jogar água todas as ferramentas que os forasteiros deixavam nas aldeias. Outros relatos dão conta dos excessos perpetrados pelos brancos por ocasião das primeiras visitas dos Waiãpi nas cidades de pedra dos brancos, onde eram presos ou assassinados.

As experiências, sejam elas míticas, históricas ou fruto de contatos recentes, convergem todas para uma concepção peculiar do homem branco, visto como acelerador do cataclisma que destruirá a humanidade: pelo potencial tecnológico, pela violência e finalmente pela contaminação. A introdução de doenças antes desconhecidas e as modificações no meio ambiente promovidas pelos garimpeiros são assim interpretadas como sinais da iminência do cataclisma, tradicionalmente relacionado com o envelhecimento da terra. Hoje, segundo os Waiãpi: Ywy i-jupa, "a terra está podre".

No ouro, a perenidade desta terra

No Amapari, o discurso sobre os brancos e as iniciativas dos Waiãpi quanto ao garimpo se apoiam nos mitos que balizam o destino deste povo. Um futuro que depende do controle que os Waiãpi terão sobre seu território e de uma manipulação parcimoniosa do ouro, que adquiriu uma densidade cosmológica fundamental no confronto inter-étnico.

No final de 1984, membros da aldeia do Mariry encontraram um fragmento de torrador de beiju no fundo de um dos barrancos do garimpo do Aimã. O significado mítico envolvido nessa descoberta

explicita as condições necessárias à perpetuação da atual humanidade. Resumindo a explicação do líder Waiwai:

"O torrador pertenceu aos primeiros Waiãpi que habitavam o Aimã antes do incêndio e do dilúvio, um cataclismo que fez desabar o céu sobre a terra; a camada de terra que recobria o torrador é um pedaço da abóbada celeste, caído gerações e gerações antes...Naquele tempo não existia ouro na terra. É a terra queimou porque estava podre. A humanidade representada por aquele torrador estava toda misturada, integrando os Waiãpi mas também os brasileiros e os franceses - todos foram eliminados...Nós fazemos parte de uma outra humanidade, replantada na terra pelo herói mítico e posteriormente separada, cada povo no seu território. Por ocasião desta recriação, Ianejar se cansou dos cataclismos, dormiu e sonhou. E então fez o ouro, distribuindo o metal na terra; em toda parte da terra, em todos os igarapés. O ouro tornou mais durável o suporte da humanidade, numa terra que não deverá mais queimar. A terra, enquanto mantém seu ouro, não apodrece".

Essas imagens repercutem nas experiências concretas de invasão. A rarefação das águas pela seca antecede, em todos os relatos tradicionais, a iminência do incêndio que destruiu - e destruirá - a humanidade. Neste sentido, "secar" os igarapés com a abertura de barrancos e o desvio das águas num garimpo representa um sinal de cataclismo. A perenidade marcada pelas pedras e pelo ouro se encontram comprometida pelo excesso de lama, que representa a "podridão" da terra.

Muita água, terra repleta de ouro. Muito ouro, terra dura. Tais são as garantias necessárias à perenidade da atual humanidade. Um jogo de conceitos que o líder Waiwai soube manipular para incentivar sua aldeia a um trabalho exclusivamente indígena no garimpo, alertando a comunidade sobre o perigo que representa a predação dos brancos. Aliás, os Waiãpi consideram que, no lado dos brancos, a terra já está totalmente enlameada, num estado de apodrecimento que o excesso de atividades predadoras implica. Segundo Waiwai, "os brancos estão acabando com o ouro deixado por Ianejar na terra deles, por isso vem buscá-lo em nossa terra. Mas eles terão de comprá-lo pois o ouro é nosso. Não queremos que o ouro acabe". Não se trata apenas de uma inversão nos rumos das relações econômicas, mas sim uma questão de sobrevivência.

Concluindo, cabe-nos perguntar como as medidas de "segurança nacional" previstas pelo Projeto Calha Norte virão repercutir sobre a atual situação da Aí Amapari.

Embora a fronteira com a Guiana Francesa não seja prioritária no plano militar, as diretrizes do Projeto Calha Norte são idênticas para todas as áreas, preferenciais ou não, na faixa de fronteira"

não-demarcação de áreas extensas, de áreas cortadas por estradas federais e/ou próximas de cidades. Medidas totalmente inadequadas às reais necessidades dos povos indígenas, especialmente daqueles ameaçados por invasões tão destrutivas como o garimpo e a mineração. As medidas governamentais se adequarão, sem dúvida, aos interesses econômicos envolvidos na região: virão abrir as terras dos Waiãpi aos empreendimentos desenvolvimentistas, guiados pelo cobicado ouro do Aimã, pelos requerimentos de pesquisa mineral em lotes que margeiam a Perimetral Norte e pela presença de um dos maiores centros de lavra - o manganês extraído na Serra do Navio pela ICOMI - na vizinhança da área indígena.

O retrato de um momento específico na história do contato entre o povo Waiãpi e o mundo dos brancos, as modalidades particulares de resistência encontradas no confronto com pequenos grupos de garimpeiros serão certamente reelaboradas em função do confronto iniciado em 1987 com funcionários e trabalhadores da COMARA que vieram ampliar o "aerodromo" do Amapari. Situações como esta irão se repetir em outras oportunidades, quando forem implantadas outras medidas previstas pelo Projeto Calha Norte. Pistas de pouso, prolongamento da Perimetral Norte, ou "atividades produtivas" como a exploração madeireira e mineral. Da mesma forma que as invasões anteriores e muito mais que as penetrações intermitentes, a presença dessa nova frente é ressentida pelos Waiãpi como essencialmente destrutiva. Sem dúvida, a experiência de contato entre os Waiãpi e o mundo dos brancos se torna cada vez mais diversificada. Porém, ela tende para a incorporação de todos os *carai-ko*, "garimpeiros" ou "governo", no sentido de uma ampliação definitiva da categoria de predadores que os brancos incarnam. Novas reelaborações míticas, novas alternativas de enfrentamento deverão surgir, a menos que a terra esteja definitivamente podre.

São Paulo, 21.01.88
(revisão 21.09.88)